



# TJDFT

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL  
E DOS TERRITÓRIOS

**Concurso Público**  
**Nível Médio**

Aplicação: 27/3/2008

**Cargo 39:** TÉCNICO JUDICIÁRIO  
ÁREA: ADMINISTRATIVA  
ESPECIALIDADE: SEGURANÇA

**TARDE**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente a transcrição de seus dados pessoais no topo desta página e de seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se o caderno contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno tenha qualquer defeito ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, conforme o item 1, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

**AGENDA (datas prováveis)**

- I 4/3/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet – [www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007](http://www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007)
- II 5 e 6/3/2008 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, na Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 2/4/2008 – Resultado final das provas objetivas e convocação para a prova de capacidade física: Diário Oficial da União e Internet.

**OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1 – TJDFT, de 18/12/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007](http://www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção de suas provas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

- 1 Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não tomou forma. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, 4 apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de achar aí e que não é senão aquele passado colonial. (...) Se vamos à essência de nossa formação, veremos que 7 na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção às considerações que não fossem o interesse daquele comércio, 10 que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (...) Este início se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. (...) Para o economista, reconhecer o terreno nessa complexidade tremenda, destacar e isolar formas, classificá-las convenientemente, descobrir suas relações e entrosá-las num sistema geral em que se 13 configurem os problemas reais da economia brasileira, fazer ciência em suma, tudo isso se torna extremamente difícil, e mesmo impraticável sem uma perspectiva de conjunto e que não é outra senão a história.

Caio Prado Júnior. **Caio Prado Júnior: história**. São Paulo: Ática, 1982, p. 78, 94, 95 e 182 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, acerca das idéias e estruturas lingüísticas do texto do historiador, economista e filósofo Caio Prado Júnior apresentado acima.

- 1 De acordo com o texto, o Brasil, apesar de estar em “franca e ativa transformação” (l.1), mantém elementos antigos na contemporaneidade.
- 2 Infere-se do texto que os elementos positivos de transformação da sociedade brasileira são ilusórios, pois não são efetivamente novos.
- 3 Em relação ao conjunto do texto, as expressões “mais tarde” (l.7), “depois” (l.8) e “em seguida” (l.8) são marcas temporais que evidenciam a mudança dos ciclos econômicos do Brasil e, simultânea e contraditoriamente, a permanência da lógica que justifica a existência de cada um deles.
- 4 No trecho “Este início se gravará profunda e totalmente” (l.10), o emprego do verbo no futuro do presente do indicativo indica que o autor faz uma previsão a ser ainda consumada.
- 5 De acordo com o texto, as “feições” (l.11) do país, embora não estejam ainda definidas, têm como traço principal a essência da formação nacional, isto é, o fato de o país ter vindo à existência não para si mesmo, mas para o mercado europeu.
- 6 Segundo o autor, uma análise científica do Brasil atual, que não perca de vista a realidade brasileira, deve eliminar voluntariamente as complicações que desfiguram a formação do país e separar, classificar e isolar cada um dos elementos formadores da nacionalidade, para, assim, chegar a uma concepção histórica e linear do modo de ser brasileiro.

- 1 O interesse de todos é o desenvolvimento do Brasil e a oportunidade de se posicionar como líder em um momento de transição global, em que se apresentam oportunidades indiscutíveis nas áreas de agricultura, aeronáutica, mineração e petróleo. O que precisamos é manter o que está sendo construído e focar na solução dos 4 problemas que entrem um crescimento ainda maior, com base em diagnósticos claros e profissionais — sem preconceitos.

Fábio C. Barbosa. **O desenvolvimento passa pelo crédito**. In: *Correio Braziliense*, 13/1/2008 (com adaptações).

A partir do fragmento de texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 7 O desenvolvimento da argumentação do texto permite articular os dois períodos sintáticos que constituem o texto com o conectivo **Por isso**; dessa forma, o segundo período sintático começaria como: **Por isso, o que precisamos (...)**.
- 8 A expressão “ainda maior” (l.4) sugere que já está ocorrendo um grande desenvolvimento no Brasil.
- 9 Se o teor do fragmento de texto acima apresentado fosse parte integrante de um parecer, atenderia às normas de redação oficial um parágrafo final assim redigido:  
Considerando-se as necessidades mencionadas, recomenda-se:  
a) objetividade e clareza nos diagnósticos;  
b) aprimoramento das soluções apresentadas.  
É o parecer.

1 Por 500 anos mentiram para nós. Esconderam um dado muito importante sobre o Brasil. Disseram-nos que  
éramos *brasileiros*. Esconderam todo esse tempo o fato de que o termo *brasileiro* não é sinônimo de cidadania, e  
sim o nome de uma profissão. *Brasileiro* rima com *padeiro, pedreiro, ferreiro*. *Brasileiro* era a profissão daqueles  
4 portugueses que viajavam para o Brasil, ficavam alguns meses e voltavam com ouro, prata e pau-brasil, tiravam  
tudo o que podiam, sem nada deixar em troca. *Brasileiros* não vêm o Brasil como uma nação, mas uma terra a ser  
explorada, o mais rápido possível. Investir no país é considerado uma burrice; constituir uma família e mantê-la  
7 saudável, um atraso de vida. Só que você, caro leitor, é um *brasiliano*. *Brasiliano* rima com *italiano, indiano,*  
*australiano*. *Brasiliano* não é profissão, mas uma declaração de cidadania. São 500 anos de cultura brasileira que  
precisamos mudar, a começar pela nossa própria identidade, pelo nosso nome, pela nossa própria definição.

Stephen Kanitz. *Brasileiros e brasileiros*. In: *Veja*, 26/12/2007 (com adaptações).

A respeito da organização do texto acima, julgue os seguintes itens.

- 10 A argumentação do texto faz a distinção entre *brasileiros* a *brasilianos*: os primeiros visam à mera exploração da terra; os segundos são os verdadeiros cidadãos do Brasil.
- 11 O desenvolvimento das idéias do texto mostra que o sujeito subentendido dos verbos “mentiram (ℓ.1), “Esconderam” (ℓ.1) e “Disseram” (ℓ.1) são os “portugueses que viajavam para o Brasil” (ℓ.4).
- 12 Mantêm-se a coerência da argumentação e a correção gramatical do texto ao se empregar **Um brasileiro não vê** em lugar de “*Brasileiros não vêm*” (ℓ.5).
- 13 A vírgula depois da oração “e mantê-la saudável” (ℓ.6-7) indica que essa oração constitui um aposto explicativo para a oração anterior.
- 14 Para que as regras de formalidade do português fossem plenamente respeitadas, na inserção do trecho “São 500 anos de cultura brasileira que precisamos mudar” (ℓ.8-9) em um documento oficial, como um relatório ou parecer, por exemplo, deveria ser empregada a preposição **de** antes do pronome relativo em “que precisamos mudar”.

O impacto da violência, que vitimou mais de meio milhão de pessoas no Brasil entre 1996 e 2006, é alto para a rede pública de saúde. Custa aos cofres federais R\$ 4,8 bilhões por ano, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Para se ter idéia do que isso significa, todo o orçamento do Ministério da Saúde, em 2007, foi de pouco mais de R\$ 47 bilhões. O dado virou a principal bandeira do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), que está elaborando o estudo **Violência: Epidemia Silenciosa**, para mobilizar autoridades do setor e exigir providências do governo federal. A movimentação se intensificou após a divulgação do Mapa da Violência, mostrando que houve quase 50 mil homicídios no país em 2006. “A única forma de encarar a violência como problema de saúde pública é focar o atendimento nas áreas de álcool, drogas e depressão”, diz o presidente do CONASS.

Correio Braziliense, 1.º/2/2008, p. 12 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema por ele focalizado, julgue os itens seguintes.

- 15 Infere-se do texto que a violência, em suas mais diversas formas, adiciona aos efeitos humanos que acarreta, que vão da morte à mutilação física e emocional, pesadas perdas financeiras que recaem sobre a sociedade.
- 16 Os dados relativos aos custos da violência para a rede pública de saúde apresentados no texto não podem ser considerados oficiais, pois foram calculados por uma organização não-governamental.
- 17 O texto sugere que a ausência de mecanismos institucionais de pressão dos estados sobre a União, na área da saúde, explica, em larga medida, os problemas vividos pelo setor.
- 18 Por pressão da sociedade, o Estado brasileiro viu-se obrigado a banir dos meios de comunicação, especialmente do rádio e da televisão, peças publicitárias de bebidas alcoólicas.
- 19 Com o objetivo de reduzir a violência no trânsito do país, o governo federal editou medida provisória que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas ao longo das rodovias federais.
- 20 Apesar de ainda intenso, o tráfico de drogas ilícitas no Brasil mantém-se claramente afastado das conexões internacionais que sustentam o crime organizado em escala global.

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada tendo como base o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

- 21** Marcelo é desembargador, compondo uma das turmas do TJDFT. Felipe é primo de Marcelo e tomou posse no cargo de desembargador do TJDFT.  
Nessa situação, não há óbice a que Felipe tenha assento na mesma turma em que Marcelo é membro.
- 22** A 1.<sup>a</sup> Turma do TJDFT, ao analisar *habeas corpus* impetrado em favor de paciente preso, decidiu conceder a medida.  
Nessa situação, a exequibilidade da decisão depende da elaboração do acórdão.
- 23** Paulo, não se conformando com sentença proferida pelo Juizado Especial Cível de Brasília – DF, que julgou improcedente seu pedido, interpôs recurso à turma recursal. Entretanto, por decisão interlocutória, foi negado seguimento ao recurso inominado, com base em suposta intempestividade.  
Nessa situação, é cabível a reclamação contra o referido ato jurisdicional.
- 24** Decorridos vários anos após ter cumprido a pena a que fora condenado em ação penal pública de competência originária do TJDFT, José, verificando preencher os requisitos, promoveu incidente de reabilitação.  
Nessa situação, a competência para julgamento do pedido de José é do Conselho Especial.
- 25** Mariana, após ter cumprido integralmente seu mandato de presidenta do TJDFT, pretende candidatar-se a vice-presidenta ou corregedora.  
Nessa situação, se Mariana for eleita vice-presidenta ou corregedora, ficará impedida de ser eleita novamente para presidenta até que todos os demais desembargadores ocupem também esse cargo.

Acerca dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

- 26** A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade é definida na Constituição como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- 27** A integração econômica, política, social e cultural dos povos, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, é uma determinação constitucional que rege a relação entre a República Federativa do Brasil e os países da América Latina.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

- 28** Juliano, nomeado para o cargo de secretário do governo do Distrito Federal (DF), foi acusado da prática de crime de porte ilegal de arma.  
Nessa situação, a competência para processá-lo e julgá-lo é do Conselho Especial.
- 29** Uma lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais criou nova região administrativa, pelo desmembramento de região já existente.  
Nessa situação, a nova região permanecerá sob a área de jurisdição da circunscrição judiciária da qual tiver sido desmembrada.
- 30** Sérgio é o juiz de direito mais antigo do TJDFT.  
Nessa situação, no caso de promoção por antiguidade, o tribunal de justiça somente poderá recusá-la a Sérgio pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- 31** Vinícius, com o falecimento do seu pretenso pai, ajuizou ação de petição de herança cumulada com ação de investigação de paternidade, para demandar o reconhecimento de seu direito sucessório e obter a restituição da herança a que teria direito.  
Nessa situação, com base na lei em questão, a competência para processar e julgar esse feito é de uma das varas de família da circunscrição judiciária do lugar do último domicílio do falecido.
- 32** João ajuizou ação de indenização contra Benício, em face da rescisão antecipada de contrato de arrendamento rural celebrado entre as partes, ora litigantes. Devidamente citado, Benício apresentou contestação, afirmando que o imóvel, objeto do contrato de arrendamento rural, havia sido vendido para um terceiro. O juiz da causa, analisando a documentação constante dos autos, deduziu a existência de interesse do Distrito Federal (DF), tendo em vista que as terras em discussão lhe pertenciam, e determinou que fosse oficiado o DF para manifestar-se a esse respeito. Após esse fato, o DF interveio no processo na condição de oponente.  
Nessa situação, a ação inicialmente proposta na vara cível passará à competência de uma das varas de fazenda pública do DF.

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, cada um dos itens subsequentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 33** Em documento dirigido ao governo do Distrito Federal, determinada entidade religiosa sediada nessa unidade da Federação descreveu a forma como organizava seus cultos para justificar pedido de subvenção com recursos financeiros públicos. Nessa situação, o pedido pode ser atendido, pois a Lei Magna permite a subvenção de recursos financeiros públicos às entidades religiosas, desde que essa distribuição se faça de forma igualitária e impessoal. Além disso, a liberdade de consciência e de crença religiosa, assegurada pela Constituição, autoriza que o respectivo culto se faça na forma como definida pelas respectivas entidades religiosas, sem qualquer interferência do Estado.
- 34** João é proprietário de um apartamento na Asa Norte, em Brasília, que se encontra alugado a Maria. Com o objetivo de verificar as condições de manutenção do referido imóvel e utilizando uma chave reserva, João ingressou no apartamento, sem o consentimento de Maria. Nessa situação, não houve qualquer violação a direito fundamental, pois João apenas exerceu o seu direito de proprietário-locador.
- 35** Determinada associação de apoio à terceira idade, pessoa jurídica legalmente estabelecida, tem por objetivo cuidar da saúde física e psíquica de pessoas com mais de 60 anos de idade. No entanto, após vistoria das instalações físicas da associação pela autoridade competente, constatou-se que o prédio não tinha condições de servir de asilo aos idosos. Nessa situação, cabe à administração local dissolver compulsoriamente a referida associação, por meio de ato administrativo.

Acerca da organização do Estado, julgue os próximos itens.

- 36** No âmbito da repartição de competências materiais, é de competência comum da União, estados, DF e municípios registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- 37** No âmbito da competência legislativa concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais tratando determinada matéria de forma inovadora revoga lei estadual anteriormente editada, no que lhe for contrário.
- 38** As terras devolutas pertencem aos estados, com exceção das terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.

Acerca da organização do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

- 39** O Conselho Nacional de Justiça é órgão integrante da estrutura do Poder Judiciário, com jurisdição em todo o território nacional.
- 40** A Constituição Federal, após o advento da Emenda Constitucional n.º 45/2004, vedou as férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, o que não se estende aos tribunais superiores.
- 41** A Constituição autoriza que servidores da justiça possam receber delegação para a prática de certos atos de competência dos juízes, como atos de administração ou de mero expediente.
- 42** Compete ao Supremo Tribunal Federal a iniciativa de projeto de lei que disponha sobre a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos serviços auxiliares do TJDF, já que esse tribunal pertence à União.
- 43** Um sexto dos membros do Superior Tribunal de Justiça deve necessariamente ser oriundo da carreira de advogados.
- 44** Os tribunais regionais federais, os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal e os tribunais regionais do trabalho podem funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Acerca da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo em geral no âmbito da administração pública federal, julgue os itens seguintes.

- 45** Uma associação, mesmo que legalmente constituída, não tem legitimidade para promover a defesa de direitos ou interesses difusos no âmbito do processo administrativo.
- 46** Em regra, as delegações são permitidas como forma de desconcentração. No entanto, excetuam-se dessa regra, por expressa disposição legal, a edição de atos normativos, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva.

Acerca da Lei n.º 11.416/2006, que trata do regime jurídico das carreiras de servidores do Poder Judiciário da União, e do regime jurídico dos servidores públicos civis federais previsto na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal, julgue os itens subseqüentes.

- 47** A promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento.
- 48** A reversão no interesse da administração ocorre por determinação da própria administração e atinge ex-servidor que, quando em atividade, era detentor de cargo efetivo e tenha sido aposentado voluntariamente nos últimos cinco anos.
- 49** Um servidor que tenha tomado posse no dia 10 de novembro de 2006 pode ter gozado o primeiro período de férias no período de 1.º a 30 de dezembro de 2007 e um novo período de férias em janeiro de 2008.
- 50** Ações de treinamento, títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação em áreas de interesse do Poder Judiciário dão direito ao servidor público detentor de cargo efetivo no âmbito do Poder Judiciário da União pleitear adicional de qualificação incidente sobre o valor do seu vencimento básico, se tal capacitação não constituir requisito para ingresso no cargo ocupado pelo servidor.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética acerca dos crimes contra o patrimônio, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 51** Considere que Jorge, agente de segurança, em ronda de rotina, percebeu que a porta da tesouraria da empresa onde trabalha havia sido arrombada e que de seu interior havia sido subtraído um pequeno cofre metálico destinado à guarda de numerários. Diante da constatação do crime, Jorge preservou o local até a chegada da polícia e a realização da perícia.  
Nessa situação, a conduta criminosa caracteriza crime de furto qualificado com rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- 52** Considere que um mecânico, penalmente capaz, tenha recebido um veículo que sabia ser de origem ilícita, a fim de executar serviço de remoção de motor. Concluído o serviço, o mecânico recebeu o devido pagamento.  
Nessa situação, o mecânico cometeu crime de receptação dolosa, pois tinha conhecimento da origem ilícita do bem.
- 53** Considere que Joaquim, penalmente imputável, tenha feito uma ligação clandestina em sua casa para o desvio e a captação irregular de água que, não passando pelo hidrômetro, o isentava do pagamento de qualquer contraprestação à companhia abastecedora.  
Nessa situação, a conduta de Joaquim caracteriza crime de estelionato, em razão da fraude utilizada para a execução do delito.
- 54** Considere que Cláudio, penalmente capaz, tenha subtraído de Maria um passe de ônibus, e que, logo após, tenha sido detido por policiais que acompanhavam a ação. Nessa situação, a conduta de Cláudio é considerada atípica, pois o bem é de pequeno valor.
- 55** Considere que Daniel, penalmente capaz, tenha subtraído um talonário de cheques em branco e que tenha utilizado uma de suas cártulas para adquirir mercadorias no comércio.  
Nessa situação, a conduta de Daniel caracteriza delito de estelionato.

Ainda considerando os crimes contra o patrimônio, julgue os itens a seguir.

- 56** Para a configuração da conduta típica do crime de extorsão mediante seqüestro, é necessário, entre outros elementos, que a vítima seja privada de sua liberdade de locomoção por tempo juridicamente relevante, e que a intenção de conseguir a vantagem indevida seja externada.
- 57** Considere que Maria, penalmente capaz, tenha recebido de um entregador um valioso presente e que, posteriormente, tenha constatado o equívoco do entregador, o qual, tendo confundido os destinatários, passou-lhe às mãos algo que não havia sido a ela dirigido. Demonstrando a inequívoca vontade de apropriar-se do bem, Maria passou a usá-lo como se fosse dona dele, recusando-se a restituí-lo a quem de direito.  
Nessa situação hipotética, a conduta de Maria não encontra tipificação penal, pois a coisa lhe foi entregue por erro exclusivo de terceiro.
- 58** A violência física que tipifica o delito de roubo consiste no emprego de força física sobre a vítima, como meio de subtração da coisa, não sendo necessário, para o reconhecimento desse delito, que ocorram lesões corporais mesmo que de natureza leve.
- 59** A apropriação indébita difere do estelionato, pois nela o dolo, ou seja, a vontade de se apropriar, só surge depois de o agente ter a posse da coisa, recebida legitimamente, enquanto, no estelionato, o dolo antecede ao recebimento da coisa.
- 60** Considere que Wellington, penalmente responsável, visando subtrair a carteira de Eugênio, tenha utilizado um simulacro de arma de fogo e constrangido a vítima a entregar-lhe todos os seus pertences.  
Nessa situação hipotética, a conduta de Wellington caracteriza crime de roubo qualificado pelo uso de arma de fogo, conforme entendimento jurisprudencial dominante.
- 61** No contexto dos delitos contra o patrimônio, coisa é tudo aquilo que existe, podendo tratar-se de objetos inanimados e semoventes, desde que tenha para seu dono ou possuidor, algum valor econômico.

De acordo com os conceitos mundialmente consagrados a respeito da segurança de dignitários, julgue os itens a seguir.

- 62** Os graus de segurança classificam-se em proteção, cobertura e vigilância.
- 63** O itinerário a ser percorrido pelo dignitário deve, o quanto possível, restringir-se ao conhecimento da assessoria de segurança.
- 64** Nos deslocamentos motorizados de uma autoridade, o mínimo aceitável são dois veículos — o da equipe de segurança pessoal, que segue avançado, e o veículo do dignitário, que se desloca à retaguarda.
- 65** As regras básicas no transporte de uma autoridade incluem manter os vidros abertos durante os deslocamentos; engrenar o veículo nas paradas temporárias; acionar as travas das portas, não iniciando o deslocamento do veículo sem que todas estejam travadas.
- 66** Considere que determinada autoridade, não obstante forte esquema de segurança pessoal a sua disposição, tenha sido vítima de um atentado que resultou em seu seqüestro.  
Nessa situação hipotética, a equipe de segurança pessoal dessa autoridade, obrigatoriamente, deve integrar a investigação e eventual operação anti-seqüestro, em face de sua proximidade com a vítima.
- 67** Considere que determinada autoridade deve comparecer a um evento a ser realizado em recinto fechado para pequeno número de pessoas, todavia havendo sério risco de eventual atentado por parte de forças oponentes.  
Nessa situação hipotética, ao tomar conhecimento disso, o serviço de segurança, antes de qualquer medida, deve impedir a realização do evento, visando garantir a integridade física do dignitário.
- 68** Os princípios da segurança de dignitários incluem objetividade, iniciativa, simplicidade, surpresa e, se necessário, emprego da força.
- 69** Considere que uma autoridade, detentora do mais alto cargo do poder executivo de um país, tenha agendado viagem a um país estrangeiro, onde visitará vários locais públicos e participará de inúmeros eventos.  
Nessa situação hipotética, cabe inicialmente ao serviço de segurança deslocar o grupo de preparação, composto pelas equipes precursora e de vistoria para o local, visando ao reconhecimento, com antecedência, dos lugares a serem visitados pela autoridade, verificando as condições de segurança e captando sinais quanto à possibilidade de ocorrerem acidentes naturais ou provocados, além de identificar, neutralizar ou remover dispositivos que ofereçam perigo.
- 70** O princípio da massa na doutrina de segurança significa que uma força inferior pode obter superioridade decisiva, desde que seja aplicada no momento e no local oportunos.

Julgue os itens seguintes no que concerne à segurança física e patrimonial.

- 71** Considere que João, chefe de segurança de um edifício de 20 andares, com escritórios e salas comerciais, tenha recebido uma ligação anônima comunicando a existência de uma bomba em sala indeterminada do edifício.  
Nessa situação hipotética, as providências iniciais a serem adotadas por João devem ser a de acionar toda a sua equipe, comunicar o fato à polícia, iniciar a evacuação de todo o edifício e a sua varredura à procura de artefatos explosivos.
- 72** As medidas dinâmicas consideradas necessárias ao controle e à segurança física e patrimonial de instalações incluem barreiras perimetrais, sistemas de alarme, iluminação e vigilância.
- 73** Um plano de segurança física e patrimonial deve levar em conta os seguintes aspectos, entre outros: vias de acesso, adjacências do estabelecimento, barreiras perimetrais, portões, janelas, iluminação, corpo de vigilância, sistemas de alarme, estacionamento de veículos, número de empregados e pontos críticos.
- 74** Considere que Maurício tenha se candidatado a uma vaga para vigilante em um condomínio residencial e que as atribuições da função incluam a proteção das instalações físicas e patrimoniais do imóvel. No ato da contratação, foi-lhe exigida a apresentação de certidões negativas dos cartórios criminais estaduais, o que foi recusado por Maurício, alegando ser exagerada a exigência.  
Nessa situação, o candidato agiu de forma equivocada, pois normas de admissão e dispensa de funcionários constituem medidas de proteção, sendo perfeitamente cabível a exigência que lhe foi feita.
- 75** O controle de entradas permitidas apóia-se basicamente em dois sistemas: o de identificação e o de guarda.
- 76** As barreiras naturais não podem ser utilizadas como mecanismo de prevenção de acidentes e de segurança do patrimônio público, devido à impossibilidade de controle humano sobre esses obstáculos.
- 77** A identificação de funcionários mediante o uso de crachás é considerada atualmente o único método eficaz para o controle de entradas, devendo ser abolidos os demais dispositivos, por falta de segurança.

No que diz respeito às técnicas operacionais, julgue os itens subsequentes.

- 78** Considere que um profissional de segurança, em seu posto de serviço, tenha observado a presença de um estranho, em atitudes suspeitas, rondando o edifício à procura de uma possível entrada, e ostentando, sob as vestes, na altura da cintura, um objeto volumoso, que poderia ser uma arma de fogo. Nessa situação hipotética, cabe ao profissional de segurança realizar, de pronto, a abordagem do indivíduo, levando em conta o elemento surpresa.
- 79** Considere que a equipe de segurança de determinado órgão federal, ao suspeitar que um veículo que acabara de deixar o prédio conduzia em seu interior documentação sigilosa, subtraída do local minutos antes, tenha seguido o carro em um veículo oficial, aguardando a oportunidade de abordá-lo. Nessa situação hipotética, é correto afirmar que um dos locais adequados para a abordagem deve ser uma via logo após uma elevação.
- 80** São princípios gerais da abordagem: segurança, surpresa, rapidez, ação vigorosa e unidade de comando.
- 81** As técnicas operacionais de segurança recomendam que um preso de alta periculosidade, ao ser apresentado em juízo para interrogatório, se acompanhado da equipe de escolta, seja mantido sem algemas.
- 82** Havendo a necessidade de se algemar três presos com dois pares de algemas, recomenda-se, de regra, o seguinte procedimento: algemar a mão esquerda do que está no meio com a mão direita do que está à direita dele; após, algemar a mão direita do que está no meio com a mão esquerda do que está à esquerda dele.
- 83** Para a realização de uma abordagem a pé de um único suspeito por dois profissionais de segurança, recomenda-se que a equipe de segurança adote a posição triangular, mantendo o suspeito no ápice do triângulo, de modo a evitar fuga ou qualquer reação da pessoa abordada.
- 84** A revista pessoal realizada mediante o apalpamento leve das vestes do suspeito e a verificação superficial dos embrulhos e objetos por este portados são conceituadas como busca circunstanciada.
- 85** Considere que, no decorrer de um grande evento aberto ao público, o serviço de segurança tenha detectado uma pessoa portando uma arma de fogo de calibre restrito às forças policiais. Nessa situação hipotética, para desestimular qualquer reação do suspeito, a sua abordagem, em regra, deve ser feita, com rapidez, no meio da multidão, mediante uso ostensivo de armas de fogo, visando desestimular qualquer reação.
- 86** A revista, eventualmente, poderá ser estendida a veículos suspeitos ou conduzidos por pessoas suspeitas. Nesses casos, são inspecionados portas, painel, porta-luvas, forro do teto, motor, porta-malas, rodas, entre outros, recomendando-se que, antes de abrir qualquer porta do veículo, seja examinado o local em volta deste, à procura de indícios de crime ou objetos suspeitos.
- 87** A abordagem a veículo é considerada de extremo risco, em face da predominância de fatores que incluem a desvantagem da equipe responsável e o controle limitado do interior do veículo.

Acerca de conceitos e técnicas de armamento e tiro, julgue os itens a seguir.

- 88** Os termos alça de mira, alma e estojo correspondem, respectivamente, a: dispositivo situado na parte posterior de uma arma destinado a permitir a visada; face interna do cano de uma arma; e corpo cilíndrico, cônico ou em forma de garrafa da munição, onde se alojam o projétil, a pólvora e a espoleta.
- 89** Arma de fogo é um instrumento que lança, por meio de um cano, um projétil, propelido pela expansão dos gases provenientes da queima de pólvora dentro de uma câmara.
- 90** Considere que um profissional de segurança que porte um revólver de ação dupla entre em confronto armado com um oponente apontando arma de fogo em sua direção. Nessa situação, para garantir a própria defesa, o profissional deve sacar seu revólver e engatilhar o cão da arma antes de disparar, pois, para o acionamento do primeiro disparo, os revólveres só funcionam em ação simples.
- 91** O calibre de uma munição vem expresso em polegadas ou milímetros, conforme o sistema de medida adotado, que pode ser o sistema inglês e(ou) norte-americano, em polegadas, e o sistema europeu, em milímetros.
- 92** Para municiar uma pistola semi-automática, recomenda-se colocar a munição no carregador e introduzi-lo na arma, o que, de imediato, provoca a alimentação da câmara, ficando a arma pronta para o primeiro disparo.
- 93** A visada, uma das condicionantes para o sucesso do tiro, consiste no correto enquadramento de miras, obtido quando se faz o encaixe visual e geométrico da massa de mira dentro da alça de mira e destas duas sobre o alvo.
- 94** O desmuniamento de um revólver para uma pessoa destra deve ser feito da seguinte forma: o usuário deve abrir o tambor, apertando o botão de liberação ou botão serrilhado com o dedo polegar direito e forçando com os dedos da mão esquerda o movimento de abertura do tambor rotativo; em seguida, e ainda com a mão esquerda, ele deve apertar o extrator ou vareta, liberando as munições alojadas nas câmaras.
- 95** Considere que um profissional de segurança, ao ter passado seu posto para um colega, tenha entregue a ele a arma de fogo destinada à utilização em serviço, garantindo-lhe que ela estava desmuniada. O colega que recebeu a arma confiou nas informações que lhe foram passadas e anotou-as em seu relatório de atividades. Nessa situação hipotética, este profissional agiu corretamente, pois reforçou a cadeia de responsabilidade que permeia as atividades da equipe de segurança.
- 96** São fundamentos do tiro: destreza, rapidez, empunhadura, posição e visada.
- 97** Na linguagem popular, o termo escopeta é denominação genérica de todo e qualquer tipo de arma longa, entre as quais se incluem o rifle e a metralhadora de mão.



No que concerne à defesa pessoal, julgue os próximos itens.

- 98** Permite-se, na área de segurança física e pessoal, o uso de armas não-letais como recurso valioso para a defesa pessoal ou de terceiros, pois elas possibilitam a neutralização da ação delituosa, sem a necessidade do contato físico. São exemplos de armas não-letais: espargidor de pimenta, bastões de choque e granadas de efeito moral.
- 99** Um dos princípios básicos da defesa pessoal é a utilização da própria força física visando desviar a força do oponente, o que coloca em desvantagem pessoas do sexo feminino ou de pequena compleição física.
- 100** A defesa pessoal é uma técnica de reação a uma agressão atual ou iminente; todavia, o profissional de segurança deve sempre utilizar, em resposta a situações de agressão, força proporcional e imediata à violência perpetrada, sob pena de que seu ato seja caracterizado como abuso ou excesso de autoridade.

Considere que um princípio de incêndio esteja ocorrendo em um equipamento elétrico na gráfica de um órgão público, que está repleto de resmas novas de papel para impressão e materiais de informática. Em relação à prevenção e ao combate a esse foco de incêndio, julgue os itens a seguir.

- 101** Se o incêndio atingir grandes proporções, uma estratégia possível de combate ao fogo é desligar o quadro de distribuição de energia elétrica do setor, de forma a transformar o fogo em classe A, a fim de combatê-lo diretamente com água.
- 102** Para o combate ao incêndio, devem ser utilizados extintores adequados ao tipo de fogo: os extintores maiores, apoiados em carretas, são indicados para incêndio de classe A; os extintores portáteis são adequados para o combate ao fogo das classes B e C.
- 103** Caso haja grande propagação do fogo no ambiente, a brigada de incêndio deve se responsabilizar pela evacuação dos ocupantes do prédio enquanto o corpo de bombeiros militar se dedicará, exclusivamente, às ações de combate ao fogo.
- 104** Caso o fogo estivesse ocorrendo somente nas resmas de papel, a melhor forma de combate ao incêndio seria utilizar água de forma a obter o resfriamento dos materiais e a conseqüente extinção do fogo.
- 105** As caixas dos hidrantes devem ser mantidas trancadas, de forma a garantir que apenas os membros da brigada de incêndio e os combatentes do corpo de bombeiros militar tenham acesso para o seu uso e manuseio no combate ao fogo.

Acerca dos primeiros socorros a pessoas que apresentam feridas abertas em membros inferiores, julgue os seguintes itens.

- 106** É importante expor a ferida, removendo ou afastando, cuidadosamente, as roupas que estiverem próximas — ao redor ou em cima — do local do ferimento.
- 107** Deve-se limpar a ferida retirando-se todo material aderido ou resíduo próximo do ferimento.
- 108** Para o controle de hemorragia, as primeiras ações são a aplicação de um torniquete logo acima do ferimento e a manutenção do membro afetado abaixo do nível do coração.
- 109** Deve-se colocar uma compressa estéril ou uma roupa limpa sobre a ferida, mesmo que ela ainda esteja apresentando sangramento, e enfaixá-la com atadura, deixando-a levemente frouxa.
- 110** Em caso de ferimento causado por objeto perfurante em que o mesmo permaneça transfixado, o objeto não deve ser removido, apenas estabilizado no lugar após o controle do sangramento.

Do outro lado do balcão, o funcionário tem dificuldades para explicar ao inquieto cliente que não é ele quem faz, por exemplo, as leis do país ou as normas da instituição; que ele não dispõe da informação desejada; ou, ainda, que ele não sabe porque o terminal de computador está fora do ar. A situação do funcionário é, nesses casos, extremamente incômoda, pois os valores organizacionais do tipo “o cliente sempre tem razão” ou “o funcionário é a imagem da instituição” não deixam impune qualquer tentativa de desabafo. As relações sociais de tensão e de conflito com o público transformam o atendente em uma espécie de “para-raios afetivo”, destinado a captar as descargas emocionais dos clientes.

M. C. Ferreira. Serviço de atendimento ao público: O que é? Como analisá-lo? Esboço de uma abordagem teórico-metodológica em ergonomia. Internet: <www.unb.br/ip/labergo/sitenovo> (com adaptações).

Considerando a situação apresentada no texto acima, julgue os próximos itens.

- 111** A situação de atendimento ao público pode ser considerada como a porta de entrada para uma série de problemas que afetam a qualidade do serviço prestado pela instituição.
- 112** Uma adequada comunicação entre atendente e usuário, sem ruídos e idéias preconcebidas de ambas as partes, pode minimizar a repercussão de conflitos.
- 113** O servidor que não ouve as reclamações do usuário do serviço público apresenta comportamento de objetividade e discrição para com ele.
- 114** Na situação descrita no texto, as dificuldades apresentadas decorrem da organização do trabalho pela instituição.
- 115** O cenário descrito ilustra uma situação que pode contribuir para a formação de uma imagem precária do serviço de atendimento ao público perante a opinião pública.

Uma servidora, cedida via convênio para outro órgão, solicitou, na unidade de gestão de pessoal, uma cópia do seu último contracheque para resolução de problemas pessoais. Ao ser atendida, foi informada que as cópias dos contracheques se encontravam disponíveis na Internet e que o órgão de pessoal não possuía mais a obrigação de fornecê-las ao servidor. Ela foi informada, ainda, que o acesso aos contracheques pela Internet seria realizado a partir de uma senha e pelo cadastro de um *e-mail* correspondente. O *e-mail* cadastrado para a servidora estava errado e, por isso, seria necessário alterá-lo para a realização do procedimento de cadastro de senha e obtenção do acesso. A servidora passou a reclamar muito das dificuldades implementadas pelo órgão público para que ela obtivesse o contracheque e da qualidade do atendimento recebido. Após ouvir atentamente a servidora, solicitar que ela se acalmasse e adverti-la da possibilidade de desacato, o atendente se dispôs a imprimir o documento para ela.

A partir da situação hipotética apresentada acima, julgue os itens a seguir.

- 116** O estabelecimento de prioridades no contexto de atendimento ao público acirra a ocorrência de conflitos.
- 117** O servidor público, quando estiver diante de duas opções, deve escolher sempre a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
- 118** O comportamento do atendente demonstrou falta de presteza e de cortesia para com a servidora cedida.
- 119** Ao entregar cópia do contracheque à servidora cedida, o atendente infringiu as normas que regem o serviço público porque retirou, sem estar legalmente autorizado, documento pertencente ao patrimônio público.
- 120** O caso apresentado ilustra como o atendente pode se ver na situação de ter de ouvir reclamações contundentes e precisar manter atitude cortês. Entretanto, existem limites que, se ultrapassados pelo usuário, configuram desacato à autoridade do servidor público no exercício de sua função.

